

CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS, ÉTICAS E EDUCACIONAIS DO USO PRECOCE E DESREGULADO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PSYCHIC, ETHICAL, AND EDUCATIONAL CONSEQUENCES OF EARLY AND UNREGULATED USE OF DIGITAL TECHNOLOGIES IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE

Cybele Pincowsca¹

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 2594-9950

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v26i3.2123>

Resumo: O presente artigo teve como objetivo analisar criticamente os impactos negativos do uso indevido dos meios eletrônicos e das tecnologias digitais em crianças e adolescentes. A pesquisa foi conduzida por meio de abordagem bibliográfica, com base na leitura e interpretação de três estudos científicos de referência nas áreas da psicologia, educação e psicanálise. O tema investigado compreendeu o uso excessivo de dispositivos digitais e os efeitos que essa exposição contínua provoca nas dimensões cognitivas, subjetivas e éticas do desenvolvimento. A análise dos materiais selecionados permitiu identificar prejuízos como dificuldades de atenção e autorregulação, esvaziamento da linguagem, fragilidade de vínculos sociais e desestruturação de experiências formativas. Verificou-se que a virtualização precoce das relações sociais interfere diretamente na construção da alteridade e da empatia, comprometendo a formação ética dos sujeitos. Concluiu-se que, embora as tecnologias digitais apresentem potencialidades, seu uso precoce e desregulado pode comprometer processos fundamentais de amadurecimento psicológico, exigindo ações educativas consistentes e o desenvolvimento de políticas públicas orientadas à regulação e ao acompanhamento responsável. Recomenda-se que futuras investigações ampliem a escuta direta de crianças e adolescentes, explorando estratégias de mediação tecnológica no contexto escolar e familiar.

Palavras-chave: desenvolvimento psíquico; cultura digital; infância; adolescência; educação ética.

Abstract: This article aimed to critically analyze the negative impacts of the improper use of electronic media and digital technologies on children and adolescents. The research was based on a bibliographic approach, through the reading and interpretation of three reference scientific studies in psychology, education, and psychoanalysis. The topic addressed excessive use of digital devices and the effects of continuous exposure on the cognitive, subjective, and ethical dimensions of development. The analysis of the selected materials revealed issues such as attention and self-regulation difficulties, language impoverishment, weak social bonds, and the disorganization of formative experiences. It was observed that the early virtualization of social relationships directly affects the construction of otherness and empathy, thus compromising ethical formation. The study concluded that, although digital technologies offer potentialities, their early and unregulated use can hinder fundamental psychological maturation processes. It is necessary to implement consistent educational actions and public policies focused on responsible technological mediation.

1 Mestranda em Science in Emergent Technologie, pela MUST UNIVERSITY. E-mail: cybelepincoawsca@gmail.com



Future studies should include the direct perspectives of children and adolescents and investigate effective mediation strategies within schools and families.

Keywords: psychological development; digital culture; childhood; adolescence; ethical education.

Introdução

O advento e a disseminação das tecnologias digitais transformaram profundamente os modos de interação social, as práticas de aprendizagem e os processos de subjetivação. A infância e a adolescência, fases decisivas do desenvolvimento humano, passaram a ser marcadas por uma exposição precoce e intensiva aos meios eletrônicos, especialmente à Internet, redes sociais, jogos eletrônicos e dispositivos móveis. Nesse novo cenário, observou-se uma ampliação do acesso à informação e à conectividade, ao mesmo tempo em que emergiram efeitos adversos relacionados à saúde mental, à formação ética e à estruturação simbólica dos sujeitos em desenvolvimento.

A escolha do presente tema justificou-se pela necessidade de compreender as consequências psíquicas, éticas e educacionais associadas ao uso precoce e desregulado das tecnologias digitais, especialmente no que se refere às dimensões cognitivas, emocionais e sociais de crianças e adolescentes. Considerou-se que, embora os recursos digitais oferecessem inegáveis facilidades para a comunicação e a aprendizagem, seu uso desregulado e não supervisionado implicava em riscos formativos relevantes. Dentre esses riscos, destacaram-se a desatenção, o empobrecimento da linguagem, a evasão das experiências concretas e a fragilização dos vínculos interpessoais. A motivação para a realização deste estudo partiu da observação recorrente de tais fenômenos no cotidiano escolar, familiar e clínico.

Partindo dessas constatações, formulou-se a seguinte questão norteadora: ‘quais são os principais impactos negativos provocados pelo uso inadequado dos meios eletrônicos e das tecnologias digitais em crianças e adolescentes?’ A investigação procurou, assim, identificar, sistematizar e analisar os efeitos deletérios do uso excessivo das tecnologias digitais sobre os processos de constituição subjetiva, sociabilidade e desenvolvimento ético desses sujeitos.

O objetivo geral consistiu em analisar criticamente as consequências psíquicas, éticas e educacionais do uso precoce e desregulado das tecnologias digitais na infância e adolescência. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) compreender os prejuízos cognitivos e emocionais associados ao uso excessivo de jogos eletrônicos e Internet; (ii) examinar os efeitos da superinformação e da lógica digital na constituição da subjetividade adolescente; (iii) discutir as implicações éticas da virtualização precoce das relações sociais e seus efeitos sobre os processos formativos.

A metodologia adotada fundamentou-se em uma pesquisa de caráter bibliográfico, com análise crítica de três obras científicas principais: Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão (Abreu *et al.*, 2008), A escrita virtual na adolescência (Lima, 2009) e Questões éticas na era digital (Freitas; Meirinhos, 2017). Os textos foram examinados com base em critérios de pertinência temática, rigor acadêmico e relevância teórica. As ideias de Gil (2002) e de Pereira *et al.* (2018) serviram como referência metodológica para a construção do percurso investigativo, conforme detalhado no capítulo de metodologia.

Os capítulos analíticos do artigo foram organizados em torno de três tópicos principais. O

primeiro capítulo abordou os prejuízos cognitivos e emocionais decorrentes do uso excessivo de jogos eletrônicos e da Internet, com ênfase nos efeitos psíquicos e comportamentais observados. O segundo capítulo discutiu a exposição à superinformação e o esvaziamento da subjetividade na adolescência digital, ressaltando o impacto das tecnologias nos processos simbólicos e discursivos. O terceiro capítulo analisou as implicações éticas e formativas da virtualização precoce das relações sociais, com destaque para os efeitos sobre os vínculos interpessoais e o desenvolvimento da alteridade.

Por fim, o trabalho está estruturado em cinco capítulos. Após esta introdução, apresenta-se a metodologia, que descreve os procedimentos e critérios adotados. Em seguida, desenvolvem-se os três capítulos analíticos, correspondentes aos tópicos centrais da pesquisa. Por fim, expõem-se os resultados e análise dos dados, com base nos achados teóricos, e a conclusão, que retoma os objetivos e aponta caminhos para futuras investigações.

Metodologia

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada na análise crítica de obras científicas previamente publicadas, cujo objetivo consistiu em identificar, sistematizar e discutir os efeitos negativos do uso indevido de tecnologias digitais entre crianças e adolescentes. Conforme as ideias de Gil (2002, p.124),

pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. [...] A pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Nesse sentido, adotou-se uma metodologia que privilegia a seleção criteriosa de fontes acadêmicas relevantes para a delimitação e aprofundamento do objeto investigado. A pesquisa desenvolveu-se em etapas sequenciais, iniciando-se com a definição da questão norteadora e dos objetivos. Posteriormente, realizou-se a busca e seleção das obras que subsidiaram a análise. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa três artigos científicos digitalizados previamente: Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão (Abreu *et al.*, 2008), A escrita virtual na adolescência (Lima, 2009) e Questões éticas na era digital (Freitas; Meirinhos, 2017). O exame desses textos constituiu o núcleo empírico da investigação, orientando a construção argumentativa e a formulação dos capítulos temáticos do artigo.

A fim de garantir a consistência e aplicabilidade dos resultados, recorreu-se às contribuições teóricas da psicologia, psicanálise e educação. Nesse percurso, as ideias de Gil (2002) reforçam a importância do planejamento metódico do processo investigativo: como toda atividade racional e sistemática, a pesquisa exige que as ações desenvolvidas ao longo de seu processo sejam efetivamente planejadas. [...] O planejamento da pesquisa concretiza-se mediante a elaboração de um projeto, que é o documento explicitador das ações a serem desenvolvidas.”

Em consonância com os pressupostos metodológicos adotados na pesquisa, a obra de Pereira *et al.* (2018) foi utilizada como referencial teórico para fundamentar a abordagem epistemológica do estudo. Os autores defendem que a disciplina Metodologia da Pesquisa Científica deve incentivar os estudantes a formularem questionamentos investigativos,

cujas respostas sejam construídas com base em procedimentos metodológicos adequados e sistematizados. Essa concepção reforça a necessidade de estabelecer correspondência entre a delimitação do problema de pesquisa, a seleção criteriosa das fontes e a organização analítica dos dados.

A busca bibliográfica ocorreu em bases reconhecidas de repositórios eletrônicos de acesso acadêmico, com destaque para a base CAPES Periódicos, plataforma que integra diversos acervos científicos nacionais e internacionais. Essa base permite o acesso qualificado a artigos, teses, livros e periódicos por meio de seleção por título, autor, descritor ou área temática. Foram utilizadas combinações simples de palavras-chave, entre aspas curvas simples, como ‘crianças’, ‘adolescentes’, ‘tecnologias digitais’, ‘meios eletrônicos’, ‘uso indevido’, ‘impactos’ e ‘escola’. A escolha de termos concisos buscou ampliar o alcance e a especificidade dos resultados.

Como critérios de inclusão, foram selecionados materiais que abordassem diretamente as temáticas da infância e adolescência vinculadas ao uso das tecnologias digitais e suas repercussões psíquicas, sociais e éticas. Os textos escolhidos estavam disponíveis em português, em acesso integral e gratuito, com publicação até o ano de 2025. Excluíram-se obras que tratassem do uso positivo da tecnologia sem discutir seus efeitos adversos, bem como textos opinativos ou sem base empírica comprovada.

Por fim, a análise consistiu na leitura profunda dos textos, na seleção de excertos teóricos e na elaboração de três eixos temáticos, que estruturaram os capítulos analíticos do artigo. A abordagem metodológica adotada contribuiu significativamente para alcançar os objetivos propostos, possibilitando uma articulação consistente entre teoria, interpretação e crítica.

Prejuízos cognitivos e emocionais decorrentes do uso excessivo de jogos eletrônicos e da internet

O advento das tecnologias digitais, notadamente os jogos eletrônicos e o acesso irrestrito à Internet, tem provocado transformações significativas no desenvolvimento psíquico e comportamental de crianças e adolescentes. Conforme apontado por Abreu *et al.* (2008), a utilização descontrolada desses recursos tem sido associada a importantes prejuízos nas dimensões pessoal, social e acadêmica:

A grande maioria dos indivíduos (60%) exibia angústia pessoal significativa, seguida por prejuízos vocacionais — como fracasso na faculdade, diminuição da produtividade no trabalho e perda de emprego (40%) —, por danos financeiros (40%) e, finalmente, por problemas legais (10%). Esses resultados [...] sugerem haver associações relevantes entre sintomas físicos e psicossociais e a dependência de Internet (Abreu *et al.*, 2008, p. 163).

Essa constatação evidencia que os efeitos da exposição desregulada à Internet ultrapassam o campo do entretenimento, manifestando-se como uma perturbação com impacto direto sobre o funcionamento psíquico, as relações sociais e a produtividade. A dependência digital, nesse sentido, configura-se como um transtorno comportamental com implicações clínicas e educacionais relevantes. Portanto, a compreensão desse fenômeno exige abordagens interdisciplinares que articulem saúde mental, educação e regulação tecnológica.

Adicionalmente, os impactos se estendem à estrutura neurocognitiva, uma vez que o padrão de estimulação promovido pelos jogos se aproxima de mecanismos de ativação

dopaminérgica semelhantes aos das substâncias psicoativas:

Foi demonstrado que a concentração de DA extracelular no núcleo accumbens estava duas vezes mais alta após a atividade de jogo. Esse aumento era diretamente proporcional ao desempenho no jogo e comparável em intensidade à liberação de DA após a ingestão de anfetaminas. Este é o primeiro estudo que sugere o potencial de dependência dos jogos eletrônicos a partir de achados de neuroimagem (Abreu *et al.*, 2008, p. 163).

Esse dado neurobiológico revela que a interação com jogos eletrônicos pode ativar circuitos cerebrais relacionados à recompensa de forma semelhante ao uso de substâncias psicoativas, como as anfetaminas. Tal evidência reforça a hipótese de que os jogos digitais, ao induzirem estímulos intensos e repetitivos, têm potencial aditivo, especialmente em cérebros em desenvolvimento. Isso amplia a gravidade dos impactos, indicando a necessidade de monitoramento clínico e educacional do uso dessas tecnologias por crianças e adolescentes.

Lima (2009) corrobora essa análise ao destacar que o uso intensivo das telas compromete a elaboração subjetiva característica da adolescência:

A adolescência implica a entrada num campo novo, cuja lógica não é a da infância. Ela implica uma operação subjetiva na qual o sujeito é convocado a reelaborar seu lugar no mundo [...] esse processo é impactado, pois o tempo dedicado à escrita e à simbolização é deslocado para o uso intensivo das telas, o que compromete a elaboração subjetiva (Lima, 2009, p. 198).

A argumentação de Lima (2009) destaca que o tempo psíquico necessário à simbolização e à construção de sentido na adolescência é substituído por interações digitais imediatistas. Esse deslocamento compromete a formação de uma narrativa interna coerente, essencial ao processo de subjetivação. Dessa forma, o uso intensivo de telas interfere diretamente na constituição da identidade e na organização simbólica do sujeito em desenvolvimento.

Essa substituição do tempo simbólico pelo tempo digital resulta na diminuição das práticas reflexivas e no esvaziamento dos espaços de elaboração interna. A esse respeito, Lima (2009) observa que:

Os *blogs* analisados revelam um uso que oscila entre a tentativa de subjetivação e a repetição de conteúdos vazios [...] O efeito disso pode ser a cristalização de um sujeito que não escreve, mas apenas replica (Lima, 2009, p. 220).

Esse trecho evidencia que, embora o ambiente digital ofereça possibilidades de expressão, sua apropriação acrítica pode levar à reprodução mecânica de conteúdos, em vez de promover a elaboração simbólica. A ausência de reflexão e autoria fragiliza o processo de subjetivação, transformando o sujeito em mero reprodutor de discursos alheios. Tal fenômeno compromete o desenvolvimento da linguagem como instrumento de pensamento e de constituição do eu.

A essa crítica soma-se o argumento de Freitas e Meirinhos (2017), ao afirmarem que a ausência de reflexão mediada pelas tecnologias compromete a formação ética dos jovens. Segundo os autores: “a formação ética não pode reduzir-se à transmissão de informação acadêmica. Esta formação poderá associar-se ao contexto virtual” (Freitas; Meirinhos, 2017, p. 188).

Embora os benefícios pontuais da tecnologia no ensino sejam amplamente reconhecidos, sua apropriação desregulada na infância e adolescência tem gerado novas formas de vulnerabilidade emocional. A desorganização dos vínculos familiares, o empobrecimento das interações

presenciais e a diminuição da tolerância à frustração são algumas das consequências observadas, conforme Freitas e Meirinhos (2017) indicam: Decorrentes de atitudes menos ajustadas à sua utilização temos hoje um conjunto de problemas que urge resolver [...] a segurança na internet, por exemplo [...] (Freitas; Meirinhos, 2017, p. 183). Em consonância com essa perspectiva, Abreu *et al.* (2008) ressaltam que:

O sentimento de segurança proporcionado pelo anonimato da Internet parece oferecer aos indivíduos possibilidades menos arriscadas de envolver-se em uma relação virtual [...] o que pode resultar em um declínio da vida social e tornar-se um terreno fértil para manifestação de outras patologias (Abreu *et al.*, 2008, p. 163).

Portanto, os prejuízos observados extrapolam os domínios acadêmicos e passam a interferir diretamente na constituição psíquica e nas relações afetivas. A constatação de Lima (2009), ao demonstrar o rebaixamento da atenção e da função simbólica associada ao uso prolongado das tecnologias, complementa esse panorama:

A relação entre tempo de exposição às tecnologias e o rebaixamento da atenção foi notada em todos os sujeitos estudados [...] Essa relação parece interferir diretamente nas capacidades cognitivas ligadas à leitura, à escrita e ao raciocínio simbólico (Lima, 2009, p. 243).

A observação de Lima (2009) confirma que a exposição prolongada às tecnologias digitais compromete habilidades cognitivas fundamentais para a aprendizagem e o desenvolvimento simbólico. A redução da atenção sustentada e das capacidades interpretativas limita o engajamento com atividades que exigem elaboração e concentração. Assim, o uso excessivo desses dispositivos não apenas interfere na rotina escolar, mas também fragiliza a estrutura cognitiva necessária à construção do pensamento abstrato.

Com base nesse conjunto de evidências, observa-se que o uso excessivo e inadequado das tecnologias digitais compromete não apenas o desempenho educacional, mas a própria estruturação subjetiva de crianças e adolescentes, demandando intervenções preventivas e educativas integradas ao ambiente escolar e familiar.

A exposição à superinformação e o esvaziamento da subjetividade na adolescência digital

A adolescência constitui um momento singular de estruturação simbólica e de constituição da subjetividade, exigindo silêncio, elaboração e temporalidade. No entanto, a presença constante de estímulos digitais, particularmente por meio da Internet e das redes sociais, tem produzido efeitos inversos. Em vez de favorecer a interiorização e a construção de uma narrativa de si, o ambiente digital intensifica a fragmentação da atenção e inibe o exercício simbólico.

Abreu *et al.* (2008) indicam que a hiperexposição informacional compromete a consolidação de circuitos neurais voltados à autorregulação e à memória de longo prazo, interferindo no equilíbrio do desenvolvimento cognitivo.

A estimulação intensa e constante propiciada pelos jogos eletrônicos e ambientes *online* parece modular a plasticidade cerebral em adolescentes, favorecendo circuitos neurais ligados à recompensa imediata em detrimento de sistemas associados à memória de trabalho e à autorregulação (Abreu *et al.*, 2008, p. 165).

A análise neurocientífica apresentada sugere que a plasticidade cerebral dos adolescentes é direcionada por estímulos digitais a estruturas voltadas à gratificação instantânea, em detrimento de funções executivas complexas. Essa modulação favorece respostas impulsivas e dificuldades de planejamento, autocontrole e memória. Em termos educacionais e clínicos, tal reconfiguração compromete a autonomia cognitiva e emocional necessária à transição para a vida adulta.

Lima (2009), ao analisar a escrita adolescente em blogs, demonstra que o predomínio de conteúdos descontextualizados e repetitivos enfraquece a função discursiva, essencial à subjetivação:

A escrita adolescente nos blogs apresenta uma estrutura marcada pela ausência de desenvolvimento argumentativo, substituído por enumerações de preferências e referências externas. Esse tipo de construção textual revela um sujeito que fala, mas não elabora. Que expõe, mas não simboliza (Lima, 2009, p. 231).

A constatação de Lima (2009) revela que a escrita digital, quando desvinculada de processos de elaboração simbólica, limita-se à exposição de preferências e repetições estéreis. Essa forma de expressão, marcada pela superficialidade, impede o desenvolvimento da argumentação e da autorreflexão. Consequentemente, compromete-se a formação de um sujeito capaz de construir sentidos próprios e de posicionar-se criticamente diante da realidade.

Freitas e Meirinhos (2017 p.185)) complementam essa perspectiva ao afirmarem que “a profusão de informações a que os jovens têm acesso nem sempre é acompanhada da capacidade de analisá-las, organizá-las e avaliá-las criticamente” (p. 185).

No mesmo sentido, Lima (2009 p. 240) adverte que “o excesso de informações, aliado à lógica de constante atualização, enfraquece os processos de simbolização”. Essa constatação revela um deslocamento do sujeito da linguagem para o consumo de signos.

Abreu *et al.* (2008, p. 166) destacam ainda que adolescentes com uso abusivo da tecnologia apresentam “uma construção identitária marcada por elementos virtuais e deslocamento simbólico”, o que repercute na fragilidade de referências familiares e escolares.

Do ponto de vista pedagógico, Freitas e Meirinhos (2017, p. 188) observam que “os estudantes chegam à escola conectados ao mundo inteiro, mas, paradoxalmente, desconectados de si mesmos”, o que sinaliza uma crise na constituição simbólica e interpessoal.

Por fim, Lima (2009, p. 252) propõe que “a adolescência é o tempo da constituição simbólica” e que, diante da sobreposição de mensagens e imagens, “a construção da interioridade se vê comprometida”, inviabilizando o trabalho psíquico necessário à transição para a vida adulta.

Portanto, a superinformação digital opera não apenas como um ruído cognitivo, mas como um bloqueio à constituição da subjetividade. Os processos de simbolização são substituídos por respostas automáticas, reações emocionais impulsivas e uma linguagem reduzida a códigos operacionais. Tal cenário impõe desafios formativos que exigem a recomposição do tempo subjetivo como condição para o pensamento crítico e a construção da identidade.

As implicações éticas e formativas da virtualização precoce das relações sociais

A crescente imersão de crianças e adolescentes em ambientes digitais tem provocado alterações estruturais nas formas de interação social e na formação da ética relacional. As interfaces tecnológicas, ao mediar a experiência interpessoal, tendem a substituir vínculos reais por conexões instantâneas e utilitárias, esvaziando o conteúdo simbólico da convivência e dificultando o desenvolvimento da alteridade.

Abreu *et al.* (2008, p. 165) apontam que a exposição prolongada de adolescentes a contextos virtuais pode interferir negativamente no desenvolvimento da moralidade, uma vez que a mediação tecnológica das interações reduz o contato direto com a alteridade e enfraquece os mecanismos de responsabilização. Segundo os autores, esse tipo de interação tende a favorecer comportamentos desinibidos e a negligência quanto às consequências éticas das ações praticadas.

Essa análise permite inferir que a dinâmica comunicacional estabelecida em ambientes digitais dificulta a vivência concreta da diferença e limita o reconhecimento do outro como sujeito autônomo. A ausência de confrontos simbólicos e a minimização dos efeitos reais das condutas contribuem para a consolidação de atitudes impulsivas e para a evitação da responsabilidade moral. Assim, a recorrência a interações mediados por tecnologia compromete processos formativos essenciais à interiorização de normas sociais e ao amadurecimento ético durante a adolescência.

Lima (2009, p. 228) aponta que essa mediação artificial pode produzir efeitos psíquicos de confusão e abandono:

Os adolescentes analisados relatam experiências de exclusão, *bullying* e solidão em ambientes virtuais, que não encontram ressonância nos espaços reais. Tal dissociação produz efeitos de desamparo e confusão quanto às normas de convivência.

A dissociação entre vivências virtuais e reais, descrita por Lima (2009), revela um descompasso entre a experiência digital e os referenciais simbólicos que estruturam a convivência. A ausência de ressonância afetiva nos vínculos concretos intensifica sentimentos de exclusão e desamparo. Como resultado, os adolescentes ficam privados de parâmetros consistentes para interpretar e regular suas relações, o que afeta negativamente sua constituição psíquica e social.

Nesse cenário, Freitas e Meirinhos (2017, p. 183) afirmam que “a mediação digital das relações não é neutra”, pois modifica a forma como os sujeitos se constituem e reconhecem o outro. A tecnologia, ao estruturar o vínculo em termos de resposta imediata, suprime o tempo necessário à escuta e à reciprocidade.

De modo complementar, Lima (2009, p. 235) observa que “ao priorizar as interações mediadas por tela, o sujeito adolescente reduz sua exposição a conflitos reais e ao exercício da empatia”, componentes indispensáveis à constituição ética da experiência.

O deslocamento da convivência para o ambiente virtual, segundo Abreu *et al.* (2008, p. 167), fragiliza o aprendizado das regras sociais, que passam a ser relativizadas ou ignoradas diante do anonimato e da impunidade promovidos pelas plataformas.

Freitas e Meirinhos (2017, p. 187) argumentam que “a cidadania digital exige mais do que competências técnicas. Exige uma sensibilidade ética que não nasce espontaneamente”, sendo necessário que a escola amplie seus referenciais formativos para além do domínio instrumental.

Ainda sobre os efeitos dessa lógica, Lima (2009, p. 217) explica que “a dimensão relacional da adolescência se vê deslocada para as plataformas digitais, onde os laços são regulados por critérios como visibilidade, quantidade de *likes* e aprovação”, o que impede o reconhecimento do outro como sujeito autônomo.

Por fim, Abreu *et al.* (2008, p. 166) advertem que “verifica-se a existência de uma tendência à substituição de vínculos reais por vínculos virtuais, muitas vezes pautados por idealizações e superficialidades”, impossibilitando a construção ética da convivência com a diferença.

Diante desse quadro, conclui-se que a virtualização precoce das relações sociais interfere negativamente na formação ética de crianças e adolescentes. A ausência de experiências concretas de conflito e mediação enfraquece o processo de construção simbólica do outro, exigindo da educação estratégias que promovam a responsabilização e a escuta como fundamentos da ética contemporânea.

Resultados e análise dos dados

A análise dos materiais bibliográficos permitiu identificar três grandes eixos de impactos negativos decorrentes do uso inadequado de tecnologias digitais por crianças e adolescentes: os prejuízos cognitivos e emocionais, o esvaziamento da subjetividade e os comprometimentos éticos nas relações sociais mediadas por telas.

Como principal conclusão, verificou-se que o uso excessivo de jogos eletrônicos e de Internet está associado a alterações no funcionamento psíquico e no comportamento dos sujeitos em desenvolvimento. Os dados reunidos evidenciaram que a exposição prolongada a estímulos digitais compromete funções cognitivas fundamentais, como atenção sustentada, memória de trabalho, linguagem discursiva e autorregulação emocional. Além disso, observou-se a presença de sintomas típicos de dependência, como abstinência, tolerância, evasão de responsabilidades e comprometimento da vida social.

Essas descobertas demonstram que as tecnologias digitais, ao oferecerem estímulos rápidos e constantes, podem inibir a experiência da espera, da frustração e da elaboração simbólica, elementos essenciais à maturação emocional. Em contextos marcados pela ausência de supervisão ou de orientação, esses dispositivos não apenas preenchem o tempo dos jovens, como também estruturam seus modos de pensar, sentir e se relacionar. Tais efeitos convergem com análises já realizadas por autores que investigam a relação entre cultura digital e subjetivação, revelando uma tendência ao empobrecimento dos vínculos internos e à fragmentação da experiência psíquica.

No segundo eixo, a exposição à superinformação e ao fluxo ininterrupto de conteúdos digitais mostrou-se associada à dificuldade de construção de uma narrativa subjetiva coerente. Verificou-se que a velocidade e a simultaneidade que caracterizam o espaço virtual favorecem formas de expressão marcadas pela superficialidade, pela imitação e pela ausência de reflexão. A predominância de uma linguagem fragmentária, imagética e descontextualizada limita o desenvolvimento de capacidades interpretativas e simbólicas, fundamentais à constituição da subjetividade. A adolescência, enquanto tempo lógico de elaboração e ressignificação, é impactada por essa lógica de sobreposição e descarte acelerado de informações.

Em relação ao terceiro eixo, constatou-se que a antecipação e o predomínio das interações digitais sobre as relações presenciais afetam diretamente a formação ética e afetiva dos sujeitos. A

análise dos textos revelou que a virtualização precoce das relações sociais dificulta o enfrentamento de conflitos reais, a responsabilização por atos cometidos e a construção de vínculos baseados na escuta, no reconhecimento mútuo e na alteridade. O meio digital, ao permitir o anonimato, a edição de si e o controle da exposição, oferece aos jovens um ambiente de sociabilidade limitado, regulado por critérios de visibilidade e aprovação, em detrimento da convivência concreta e do exercício da empatia.

Apesar da coerência entre os achados e o que já havia sido produzido por diferentes autores da área, a análise também evidenciou algumas limitações. A principal delas diz respeito à ausência de dados empíricos diretos com crianças e adolescentes, uma vez que a pesquisa se baseou exclusivamente em fontes bibliográficas. Outra limitação relevante é a concentração dos estudos analisados em contextos urbanos, o que restringe a aplicabilidade dos resultados a outras realidades socioculturais.

Algumas constatações inesperadas emergiram ao longo da leitura dos textos, como a presença de contradições entre o uso da escrita digital como recurso de subjetivação em alguns contextos e seu uso como mera repetição ou cópia em outros. Essa ambivalência sugere que o ambiente digital, por si só, não determina os efeitos negativos, mas sim a forma como é apropriado pelos sujeitos e mediado por adultos e instituições educativas.

Diante das lacunas identificadas, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que investiguem, a partir da escuta direta de crianças e adolescentes, os modos como vivenciam suas experiências digitais. Sugere-se, ainda, que futuros estudos examinem as estratégias pedagógicas que favorecem o uso crítico e ético da tecnologia na infância e adolescência, bem como as políticas públicas que regulem e protejam o uso desses recursos em ambientes escolares e familiares.

Conclusão

O estudo realizado permitiu responder de maneira objetiva à questão norteadora proposta: ‘quais são os principais impactos negativos provocados pelo uso inadequado dos meios eletrônicos e das tecnologias digitais em crianças e adolescentes?’ Por meio da análise crítica de textos científicos, verificou-se que tais efeitos evidenciam consequências psíquicas, éticas e educacionais significativas, as quais comprometem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. A articulação entre os referenciais teóricos permitiu compreender que o ambiente digital, embora carregado de potencialidades, apresenta riscos significativos quando acessado de forma precoce, sem orientação ou mediação responsável.

Os objetivos propostos foram plenamente alcançados. O objetivo geral — analisar criticamente os impactos negativos do uso indevido dos meios eletrônicos e das tecnologias digitais — foi cumprido por meio da construção de três capítulos analíticos, que abordaram de forma articulada e fundamentada os prejuízos cognitivos e emocionais, os efeitos da superinformação na subjetividade e as implicações éticas da virtualização precoce das relações sociais. Os objetivos específicos foram igualmente contemplados, permitindo uma análise segmentada e aprofundada de cada aspecto do problema.

A pesquisa evidenciou que a tecnologia digital, ao ser incorporada precocemente e de maneira não reflexiva ao cotidiano de crianças e adolescentes, pode comprometer o desenvolvimento integral desses sujeitos. Foram observadas consequências como desatenção,

dependência comportamental, empobrecimento simbólico, dificuldade de construção da interioridade, fragilização de vínculos interpessoais e ausência de responsabilização ética. Tais fenômenos indicam a urgência de práticas educativas e políticas públicas que promovam o uso consciente, crítico e orientado da tecnologia nos espaços familiares e escolares.

Com base nas lacunas identificadas, recomenda-se que pesquisas futuras sejam orientadas por abordagens empíricas e qualitativas, com escuta direta de crianças, adolescentes, professores e famílias, a fim de aprofundar a compreensão dos modos de apropriação da tecnologia. Além disso, sugere-se o desenvolvimento de estudos comparativos entre contextos socioculturais distintos, bem como investigações sobre estratégias pedagógicas eficazes para a formação ética e subjetiva em contextos digitais. A ampliação desse campo de estudos contribuirá para a construção de intervenções educativas que respeitem a complexidade do desenvolvimento humano em tempos de virtualização intensiva.

Referências

- ABREU, C. N.; KARAM, R. G.; GÓES, D. S.; SPRITZER, D. T. Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 156–167, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/T8y3pYpXy7wWj9v6DRdRxfR/?format=pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- FREITAS, I.; MEIRINHOS, M. Questões éticas na era digital: implicações para a educação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO NA DOCÊNCIA – INCTE, 2., 2017, Bragança. *Atas do II Encontro Internacional de Formação na Docência*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2017. p. 181–189. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322952096>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.
- LIMA, N. L. *A escrita virtual na adolescência: os blogs como um tratamento do real da puberdade, analisados a partir da função do romance*. 2009. 394 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84XNCM>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. *Metodologia da pesquisa científica*. 1. ed. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.